



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS V - CCBSA  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**GUARACI PEREIRA DOS SANTOS**

**AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS AO LIXO E À  
CIDADANIA EM JOÃO PESSOA: A PERSPECTIVA DE  
FUNCIONÁRIOS DA CÂMARA MUNICIPAL**

**JOÃO PESSOA  
2016**

**GUARACI PEREIRA DOS SANTOS**

**AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS AO LIXO  
E À CIDADANIA EM JOÃO PESSOA: A PERSPECTIVA DE  
FUNCIONÁRIOS DA CÂMARA MUNICIPAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em Administração Pública da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

Orientador: Prof. Dr. Allan Carlos Alves

**JOÃO PESSOA  
2016**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S237a Santos, Guaraci Pereira dos  
Avaliação das políticas públicas relacionadas ao lixo e à cidadania em João Pessoa [manuscrito] : a perspectiva de funcionários da Câmara Municipal / Guaraci Pereira dos Santos. - 2015.  
36 p.

Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2015.  
"Orientação: Prof. Dr. Allan Carlos Alves, PROEAD".

1. Políticas Públicas. 3. Resíduos Sólidos Urbanos. 4. Saúde. I. Título.

21. ed. CDD 361.61

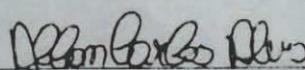
GUARACI PEREIRA DOS SANTOS

**AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS AO LIXO E À  
CIDADANIA EM JOÃO PESSOA:  
A perspectiva de funcionários da Câmara Municipal**

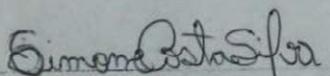
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
apresentado ao Curso de Administração Pública  
da Universidade Estadual da Paraíba, como  
requisito à obtenção do título de Bacharel em  
Administração Pública, Linha de Formação  
Específica (LFE) III – Gestão Municipal,  
Semestre 2015.1.

Aprovada em: 04 / 07 / 2015.

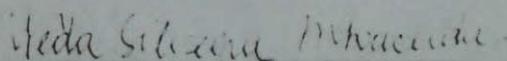
BANCA EXAMINADORA



Prof. Allan Carlos Alves (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Ma. Simone Costa Silva  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Yêda Silveira M. Lacerda  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Aos meus pais, Antônio Pereira dos Santos e  
Normanda de Oliveira Santos ( *in memoriam*),  
DEDICO.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais pelas preciosas sementes plantadas em minh'alma, as quais sempre permanecerão, embora não estejam mais presentes fisicamente.

Às minhas filhas pelo incentivo e contribuição intelectual.

À direção da UEPB, professores e funcionários, pelo empenho e atenção durante toda a jornada.

Ao meu orientador, aos tutores e colegas de curso pelo companheirismo, paciência e acolhida.

## SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO .....	06
2.	POLÍTICAS PÚBLICAS .....	07
3.	POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS .....	09
4.	OS RESÍDUOS SÓLIDOS EM JOÃO PESSOA: ALGUNS PROBLEMAS PARA O MEIO AMBIENTE .....	11
5.	METODOLOGIA .....	13
5.1	Caracterização da Pesquisa .....	13
5.2	Instrumentos e Procedimentos de Coleta de Dados .....	15
5.3	Método de Análise de Dados .....	16
6.	ESTUDO DE CASO: A OPINIÃO DOS CIDADÃOS SOBRE AS POLÍ- TICAS PÚBLICAS PARA O LIXO EM JOÃO PESSOA .....	16
6.1	João Pessoa .....	16
6.2	Análise dos Questionários Referentes à Gestão de Lixo .....	17
7.	CONCLUSÃO .....	24
	ABSTRACT .....	25
	REFERÊNCIAS .....	27
	APÊNDICE – QUESTIONÁRIO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS AO LIXO EM JOÃO PESSOA .....	29

## AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS AO LIXO E À CIDADANIA EM JOÃO PESSOA: A PERSPECTIVA DE FUNCIONÁRIOS DA CÂMARA MUNICIPAL

Guaraci Pereira dos Santos\*

### RESUMO

A problemática referente ao lixo está presente em todo o mundo. É possível perceber, claramente, que as condições de vida atuais exigem cada vez mais a produção e o consumo de produtos que geram resíduos após o seu uso. A necessidade de compreender os aspectos referentes à gestão do lixo, motivou a elaboração da presente pesquisa. Haja vista, que são extremamente necessárias atitudes governamentais para regular os resíduos sólidos urbanos. Ações que envolvem a preocupação com o local de depósito dos rejeitos e condições de armazenamento, reciclagem, etc., variáveis essas que devem estar presentes em toda gestão pública e no dia a dia da população. Dada a importância das políticas públicas no tocante à gestão do lixo, busca-se, no presente estudo, avaliar sua eficiência na cidade de João Pessoa, visando compreender a importância da gerência dos resíduos sólidos e, especialmente, verificar a eficácia das políticas públicas nacionais e locais no referente a essa questão. Ainda, é válido analisar a relevância das políticas de educação ambiental, reciclagem e coleta seletiva, haja vista o papel por elas desempenhado na manutenção da saúde do ambiente, que reflete diretamente na qualidade de vida da população.

**Palavras-Chaves:** Lixo; Políticas Públicas; Resíduos Sólidos Urbanos; Saúde.

### 1 INTRODUÇÃO

A problemática concernente à gestão do lixo faz referência a um inconveniente mundial. A manipulação errônea desse material, desde seu descarte, passando pela coleta e posterior tratamento, é um fator determinante para acarretar transtornos relacionados à saúde pública ou ambiental. O quadro que se apresenta é justamente o de descaso, em algumas cidades, no tocante ao manuseamento dos resíduos produzidos pela população, empresas, hospitais.

Em consonância com dados da Associação Brasileira de Limpeza Pública, 76% dos detritos que eram produzidos no país no ano de 2008 eram jogados em lixões, enquanto que

13% eram destinados aos chamados “aterros controlados” e somente o restante, 11% do que era coletado, à época, era depositado nos aterros sanitários.

A importância de uma gestão eficiente do lixo é notória, haja vista os benefícios que pode trazer ao Meio Ambiente, ao passo que uma má gerência pode acarretar problemas extremamente prejudiciais à população como um todo. Dito isto, busca-se, no presente trabalho, discutir sobre a gestão do lixo na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba. Para viabilizar uma análise da situação dos resíduos sólidos e da perspectiva dos cidadãos na cidade referida, foram aplicados questionários a 50 pessoas, funcionárias da Câmara Municipal e residentes em diversos bairros da capital; o inquérito dispôs de indagações que possibilitassem o delineamento do perfil socioeconômico dos entrevistados, além de expor a perspectiva deles acerca da gestão de resíduos sólidos. Para traçar o perfil proposto anteriormente, primeiramente serão realizadas indagações no tocante às políticas públicas, em seguida, a seara abordada será a referente aos resíduos sólidos.

O objetivo da presente pesquisa é analisar a efetividade das políticas de gestão do lixo na cidade de João Pessoa e verificar a perspectiva dos cidadãos, tendo como amostra a opinião de funcionários da Câmara Municipal. Buscou-se realizar uma pesquisa bibliográfica, disponibilizando-se também um questionário composto por 15 questões com a finalidade de esboçar a realidade das políticas públicas na capital paraibana. Dessa forma, é cabível formular a pergunta que norteia a presente pesquisa: “na perspectiva dos cidadãos, funcionários da Câmara Municipal, as Políticas Públicas de gestão do lixo na cidade de João Pessoa são eficazes?”

## 2 POLÍTICAS PÚBLICAS

Ao adentrar na seara das Políticas Públicas, faz-se necessário que se elabore uma breve explanação referente à conceituação delas. Trata-se, sob a perspectiva das Ciências Humanas, da análise do governo através de questões públicas. Ou seja, têm-se uma avaliação das ações governamentais tomadas visando efeitos específicos, buscando sanar problemas que são de relevância para o contexto geral da sociedade. É possível enfatizar então que “[...] *Políticas públicas são um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução (ou não), de problemas da sociedade [...]*” (Lopes e Amaral, 2008, p.5).

Determina-se que o ponto de partida das Políticas Públicas é o governo. Porém, o Governo não é a única instituição que pode promovê-las, mas, também, as instituições privadas podem elaborar essas Políticas, as quais serão aplicadas à coletividade. Não importa,

então, a origem do serviço, se público ou privado, desde que seja destinado à coletividade, à coisa pública. É válido salientar que o modelo de governo Liberal Econômico, adotado pelo Brasil, posiciona-se de forma contrária às políticas públicas de cunho social, validando a intervenção mínima do Estado no mercado. Mesmo com tal ressalva, as políticas públicas tornaram-se recorrentes no Brasil após a Constituição Federal de 1988.

Assim sendo, as políticas supracitadas são metas coletivas conscientes para a promoção do bem-estar da sociedade; são “*programas de ação governamental visando a coordenar os meios à disposição do estado e as atividades privadas para a realização de objetivos relevantes e politicamente determinadas.*” (Bucci. 2002, p. 241). Elas, por certo, indicam o direcionamento ou o modo de governar de um gestor, quando este decide, ou não, realizá-las para alcançar determinado fim, atendendo demandas da sociedade. Corroborando esse pensamento, Lowi aponta que “*as políticas públicas determinam a política. Elas estruturam o sistema político, definem espaços e atores, e delimitam os desafios que os governos e as sociedades enfrentam*” (apud RODRIGUES, 2011, p. 46).

Fica bem patente que as Políticas Públicas têm o condão de transformar uma sociedade e que a sua influência ou campo de ação engloba o Estado, a política, a economia e a sociedade, pois, efetivamente, essas áreas estão entrelaçadas e, por certo, dependentes entre si (SOUZA, 2006, p. 25).

Sendo resultantes, principalmente, da atividade política, as Políticas Públicas estão atreladas ao grau de eficiência da gestão – sua qualificação e ambiente favorável à governança democrática - e do comprometimento dos atores envolvidos no processo, vez que, para que atinjam os efeitos desejados, elas precisam ser formuladas e conduzidas seguindo uma linha de planejamento de programas, ações, metas e objetivos. Aliás, esses importantes requisitos são de fundamental importância para a Administração Pública, que é responsável pelo funcionamento dos serviços prestados à sociedade. (RODRIGUES, 2011, p. 24).

No tocante aos direitos fundamentais, assegurados constitucionalmente ao homem, é de primordial importância que o Estado demande garantias e medidas que visam à melhoria de vida e à garantia dos direitos da população, “ao se considerar cidadania como a fruição e exercício dos Direitos Fundamentais assegurados, os quais são indissociáveis entre si” (SILVEIRA, 1997). Dessa forma, com a implementação das Políticas Públicas, o Estado empenha-se por reafirmar a garantia aos direitos individuais da forma mais abrangente possível. E isso, conseqüentemente, reforça os sentimentos de cidadania, os laços de pertencimento dentro de uma sociedade organizada.

Ainda, no concernente à cidadania, fica explicitado que ser cidadão requer também a participação consciente e responsável nos destinos da sua comunidade, demandando junto ao Estado para a implementação das Políticas Públicas necessárias ao seu bem-estar. A própria Constituição de 1988 recomenda a participação popular, o que é, em sua essência, exercício de cidadania:

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I - ....

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

### 3 POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS

Dentro do universo das políticas públicas existem aquelas que são destinadas ao bom trato, ou à manutenção do Meio Ambiente, sendo este o mais novo objeto de preocupação em escala mundial; proteger os direitos referentes ao meio ambiente ganhou bastante relevância na atualidade.

O problema do lixo, invariavelmente, está dentro desse contexto. É público e notório que, principalmente os países industrializados, não estão sabendo o que fazer com o lixo produzido. E, por vezes, a mídia dá notícia de containers de resíduos que circulam pelo mundo, sem lugar certo para descartá-lo. *“A capacidade dos sistemas tradicionais de disposição já está chegando a seu limite, necessitando de alternativas para a destinação final dos bens após seu consumo, para minimizar seu impacto ambiental”*. (GONÇALVES, TANAKA, AMEDOMAR, 2013, p. 98)

O Governo brasileiro não poderia ficar de fora nas discussões pertinentes à seara das políticas ambientais. Dessa forma, faz-se necessário frisar o entendimento de urgência, no tocante à gestão do lixo, concebido pelo Governo Federal, evidenciado nos termos da Lei 12.305, sancionada em agosto de 2010. A lei, nomeada Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), cuidou em regulamentar a situação da distribuição e coleta, bem como, disciplinar os procedimentos inerentes aos destinos dos resíduos acumulativos no território nacional.

Sinalizando um grande avanço no sentido de gestão pública do lixo, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) propôs-se a regulamentar a situação caótica iminente, com deliberações modernas para o enfrentamento da situação. A instauração da lei 12.305 visou, pois, zelar pela saúde populacional, bem como realizar todo um acompanhamento do chama-

do “ciclo de vida dos produtos”, isto é, desde a sua inserção no mercado até o findar de sua validade, culminando no descarte dos materiais, como fica evidenciado em:

Art. 7º São objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

- I - proteção da saúde pública e da qualidade ambiental;
- II - não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;
- III - estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços;
- IV - adoção, desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais;
- V - redução do volume e da periculosidade dos resíduos perigosos;
- VI - incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados;
- VII - gestão integrada de resíduos sólidos;
- VIII - articulação entre as diferentes esferas do poder público, e destas com o setor empresarial, com vistas à cooperação técnica e financeira para a gestão integrada de resíduos sólidos;
- IX - capacitação técnica continuada na área de resíduos sólidos;
- X - regularidade, continuidade, funcionalidade e universalização da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, com adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a recuperação dos custos dos serviços prestados, como forma de garantir sua sustentabilidade operacional e financeira, observada a Lei nº 11.445, de 2007;
- XI - prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para:
  - a) produtos reciclados e recicláveis;
  - b) bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis;
- XII - integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
- XIII - estímulo à implementação da avaliação do ciclo de vida do produto; XIV - incentivo ao desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos sólidos, incluídos a recuperação e o aproveitamento energético;
- XV - estímulo à rotulagem ambiental e ao consumo sustentável.

(LEI 12.305, 2010, Art. 7º)

A partir de então, viabilizou-se de forma mais objetiva a importância da gestão pública do lixo no Brasil, uma vez que, com o advento da Política Nacional de Resíduos Sólidos, postulou-se a forma como se deveria lidar com os problemas referentes ao descaso com o lixo. A referida lei estipulou normas no sentido de agir em relação ao descarte, coleta e manutenção dos locais de depósito de resíduos, etc..

Além do viés ambiental, a Lei 12.305 trouxe o caráter social da gestão de lixo, através do incentivo de práticas socialmente relacionadas ao manuseio dos resíduos sólidos, educação ambiental, uma avaliação constante dos impactos ambientais ocasionados pelos detritos urbanos, adentrando também em aspectos como saneamento básico. Tais objetos citados funcionariam como instrumentos de ação da lei, para que fosse garantida sua eficácia com a finalidade de cumprir seus objetivos estipulados no próprio texto legal.

Por esse dispositivo, toda a sociedade é chamada a contribuir para o controle dos resíduos sólidos urbanos. Ele responsabiliza as empresas pelo tratamento do seu material descartável, obrigando-as à prática da logística reversa; responsabiliza também os gestores públicos quanto à tomada de medidas para a extinção dos lixões e implementação de políticas para a inclusão social dos catadores (GONÇALVES *et al.* 2013, p. 104).

#### **4 OS RESÍDUOS SÓLIDOS EM JOÃO PESSOA: ALGUNS PROGRAMAS PARA O MEIO AMBIENTE**

Ao adentrar no tópico proposto, faz-se necessária a distinção referente aos conceitos de lixo e resíduo sólido urbano. Gonçalves *et al* (2013) afirma que a maioria dos que falam sobre os Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) utilizam os termos “lixo” e “resíduos sólidos” indistintamente, de forma equivocada. Destarte, pode-se afirmar que “*Lixo são restos de alimentos, embalagens descartadas e objetos inseríveis misturados. Quando separados em materiais secos e úmidos, a parte útil do lixo transforma-se em resíduo reaproveitável ou reciclável*”. (p.98).

Acordando com o exposto por Beck *et al* (2009), João Pessoa, no ano de 2003, era responsável pela produção de 30 mil toneladas mensais de resíduos sólidos, cujo destino era o “Lixão do Roger”. Tal prática era inadmissível, haja vista a localização do aterro: inserido no perímetro urbano, conseqüentemente muito próximo a residências e também das áreas de proteção ambiental (mangue), como disposto em:

O Lixão do Roger ocupou, durante 45 anos, uma área de 17 hectares dentro da cidade, que abrigava famílias inteiras de catadores de lixo, que sobreviviam dos resíduos que lá coletavam. Por estar localizado em uma área de preservação permanente, o acúmulo de lixo sem tratamento, favorecia a produção e liberação do chorume no solo e a exalação para a atmosfera de gases de efeito estufa, especialmente o metano (CH<sub>4</sub>) e o dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), resultantes da decomposição anaeróbica da matéria orgânica e da queima de substâncias. Todos estes fatos descaracterizavam o bairro que abrigava este vazadouro, impactando na qualidade de vida e saúde dos habitantes da área. (BECK *et al*, 2009, p.8)

Dentro da gama de políticas a serem realizadas para uma melhoria no ponto de vista da saúde ambiental e da população de um modo geral, a EMLUR (2008) encarou o Lixão do Roger como um problema socioambiental, devido ao contingente de danos à saúde que tinham origem no referido espaço. A partir do ano de 1998, a prefeitura deu início a projetos visando à recuperação ambiental da área ocupada pelo Lixão.

A partir do fechamento oficial do Lixão em 2003, encetou-se o plano de transformar a área em um Parque Ecológico e, no mesmo período, implantou-se a Coleta Seletiva no município. Em decorrência desse processo de recuperação ambiental, motivado por pressões de populares e ONGs, a gestão municipal de 2003 inaugurou o Aterro Sanitário da Região Metropolitana, que obedece a norma ABNT NBR 8419/1992, localizado fora do perímetro urbano, com capacidade de receber aproximadamente 31 mil toneladas mensais por um período de 20 anos (BECK *et al*, 2009, p.8).

Criado com o objetivo de atender não somente João Pessoa como também cidades vizinhas, o Aterro Sanitário de João Pessoa, segundo a EMLUR (2008), cumprirá tal função. Dessa forma, foi realizada uma seleção e posterior organização do material dispensado no aterro, distribuindo os resíduos segundo as características por eles apresentadas, *“além de abrigar uma vala séptica destinada ao resíduo hospitalar, contudo, sua coleta e destino final não são de responsabilidade da EMLUR, mas, sim, da fonte geradora”* (BECK *et al*, 2009, p.9).

Dentro dessa seara, algumas das políticas relacionam-se diretamente com a gestão do lixo, sendo dado, aqui, destaque para o Acordo Verde:

Um instrumento de política pública, que une a necessidade de se viabilizar em torno da coleta seletiva na cidade, uma cultura ecoeficiente quanto ao manejo dos resíduos sólidos, à responsabilidade social, a promoção de melhores possibilidades de geração de renda e condições de trabalho dos agentes ambientais (antigos “catadores de lixo”). A estrutura e operacionalidade desenvolvida pelo programa Acordo Verde tem como suporte um “acordo” simbolicamente realizado entre o agente ambiental, os moradores dos bairros citados anteriormente, e a prefeitura municipal de João Pessoa, que através da EMLUR, oferece os recursos necessários à sua realização. (SOARES, 2010, p.7)

A iniciativa da política supracitada teve sua origem no Estado, tendo sido implementada, inicialmente, em bairros como Mangabeira, Valentina e Cidade Verde. E, ainda hoje, tal projeto vem repercutindo positivamente sob a perspectiva da população, especialmente a que é diretamente beneficiada com os efeitos do *Acordo Verde*.

Para enfatizar a recorrente preocupação da Prefeitura Municipal de João Pessoa no tocante à gestão do lixo, tomam-se como exemplo alguns outros projetos e ações desenvolvidas pela gestão de 2013. O “Olha isso, Limpinho”, que se trata de um aplicativo desenvolvido para que a população tire fotos do lixo e envie para a EMLUR, facilitando e agilizando o processo de coleta de resíduos. E outro a ser mencionado é o “Limpinho 3R” (Reduzir, Reutilizar, Reciclar), cuja ideia central é *“estimular, por meio de bonificações, o desenvolvimento da coleta seletiva na região”* (JOÃO PESSOA, 2013).

Além do exposto, a EMLUR vem realizando ações educativas com a intenção de conscientizar a comunidade em relação à importância da gestão do lixo. A título de ilustração, des-

taca-se a iniciativa “Santo de Casa faz milagres” que opera em escolas e bairros visando a implantação da coleta seletiva. Um último exemplo a ser citado é o “Sabão ecológico”, onde “*A EMLUR coleta o óleo de cozinha usado para transformar em sabão e evitar a poluição do solo e da água*” (JOÃO PESSOA, 2013). Além da reutilização do óleo de cozinha, é também realizada uma usina de reciclagem para capacitar os interessados nessa atividade.

## 5 METODOLOGIA

O presente trabalho busca realizar uma pesquisa em amplo sentido, relativo às políticas públicas voltadas à gestão do lixo na cidade de João Pessoa e à repercussão delas diante da sociedade. Pesquisar num sentido ampliado significa buscar informações que não se conhecem, e que sejam necessárias à compreensão de determinado tema. Através de consulta de livros, revistas, verificação em documentos, conversas e entrevistas com a população para a obtenção de respostas são as formas de como pode se direcionar tal pesquisa. (GIL, 2002) A investigação, indagação, modalidade também contemplada no desenrolar da presente pesquisa, trata da comprovação de uma hipótese levantada por meio de uso dos processos científicos (MARCONI; LAKATOS, 2001).

Gil (2002) afirma que deve ser observada a ênfase, a preocupação na aplicação do método científico acima dos próprios resultados em si. O objetivo do pesquisador deve-se situar na aprendizagem da forma e do método científico, sendo de menor importância a operacionalização das técnicas de investigação, ampliando a pesquisa e o uso dos procedimentos científicos.

### 5.1 Caracterização da Pesquisa

A pesquisa foi uma revisão literária que tem fundamental papel no âmbito da pesquisa científica, uma vez que por meio desta é possível situar o trabalho dentro da ampla área da pesquisa acadêmica, podendo contextualizá-la (GIL, 2002).

A situação do trabalho é uma etapa de fundamental importância para o pesquisador e também para o destinatário do texto: o leitor final. Tal afirmação tem base, uma vez que, ao se definir os autores que darão relevância ao trabalho, fundamenta-se a leitura vasta e comprometida que fora realizada, podendo ser identificada a linha teórica na qual o trabalho

se encontra inserido, bem como a base autoral selecionada para a revisão da literatura utilizada. (GIL, 2002)

Para tanto, comprova-se como fundamental a revisão literária para identificar o momento em que o autor situará seu trabalho, com a finalidade de afunilar as perspectivas dispostas em outras obras concentrando-as num único fim: o objetivo do trabalho.

Lakatos e Marconi (2001) atentam que a revisão da literatura também é conhecida no meio acadêmico como revisão bibliográfica, estado da arte ou ainda estado do conhecimento. Trata-se de uma pesquisa que visa demonstrar o estágio atual da contribuição acadêmica em torno de um determinado assunto. Através deste tipo de trabalho tem-se proporcionado uma visão ampla das pesquisas, bem como quais as contribuições anteriores, que deram condução ao ponto necessário para as próximas investigações e desenvolvimento de estudos que venham a se seguir a partir daquele ponto.

Seguem comprovando os autores supracitados que, através destes estudos, é possível denotar a relevância acadêmica do trabalho que se realiza. Lakatos e Marconi (2001) ainda afirmam que por meio da revisão de literatura o pesquisador realiza um trabalho comparativo, que serve para o seu próprio progresso, assim como também avalia o tratamento que é dado ao tema por outros estudiosos da área.

São ideias encontradas na obra de Noronha e Ferreira *apud* Campelo *et. al.* (2000) que as revisões literárias são pesquisas que se preocupam em analisar a produção bibliográfica em determinada área, fazendo um recorte no tempo, fornecendo uma visão geral ou ainda um relatório do estado da arte acerca de um tópico bastante específico, podendo, desta maneira, favorecer um aparato de novas ideias ou métodos, ou ainda a criação de novos subtemas que possuem maior ou menor ênfase na literatura selecionada.

O presente estudo é de cunho exploratório-explicativo. Em concordância à obra de Gil (2008) a pesquisa pode ser dividida sob dois ângulos: Quanto aos seus objetivos, esta pode ser alocada como uma pesquisa exploratória, que visa proporcionar maior familiaridade com o problema, de maneira a explicitá-lo. Pode envolver o levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas relevantes ao desenvolvimento do tema. Esse tipo de pesquisa assume a forma de pesquisas bibliográficas, caso do estudo a ser realizado, ou ainda nas determinações de estudos de caso. Gil (2008) ainda alerta para as pesquisas explicativas, que se dedicam em identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. É o tipo mais complexo e delicado e que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas.

Pode ainda denotar uma pesquisa descritiva, que tem como meta a descrição das características de determinadas populações ou fenômenos. Uma de suas peculiaridades está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. Ex.: pesquisa referente à idade, sexo, procedência, eleição etc. (GIL, 2002).

A segunda vertente classificatória de Gil (2002) se dá por meio dos procedimentos técnicos da pesquisa. Já quanto a isto o estudo ora pretendido dedica-se à pesquisa bibliográfica, sendo desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

## **5.2 Instrumentos e Procedimentos de Coleta de Dados**

De acordo com Gil (2002) a pesquisa parte de propósitos, e estes deverão ser determinantes para a definição do método de coleta de dados a ser utilizado, assim como também para os instrumentos de medidas a serem selecionados para cada tipo de pesquisa.

Vários são os métodos existentes e que estão à disposição dos pesquisadores. Lakatos e Marconi (2001) citam a observação de documentos, a informação que podem favorecer os próprios sujeitos da pesquisa por meios orais (entrevistas e conversas), ou através da palavra escrita por meio do uso do questionário.

Para realizar tal pesquisa foi indispensável o uso da bibliográfica, uma vez pretendendo-se fazer um recorte teórico relacionado ao tema. Deve-se salientar que a pesquisa bibliográfica apresenta um valor imensurável a qualquer modelo de trabalho científico, pois é através desse artifício que se detém de aparatos teóricos e empíricos para dar norte ao trabalho desenvolvido.

De tal maneira a coleta em pesquisa bibliográfica pode ser obtida através de fontes distintas, a exemplo de publicações periódicas (jornais e revistas). Podem ser usados ainda documentos eletrônicos e impressos de vários tipos, desde que tenham relevância necessária à pesquisa e sejam idôneos. Logo, as fontes primárias foram os livros relacionados às políticas públicas para o meio ambiente. Enquanto às secundárias, podemos considerar os periódicos, artigos e jurisdições relacionadas ao tema.

Em suma, foram utilizados livros já publicados de autores renomados e que se dedicam ao estudo do tema em sua complexidade. Ainda foram utilizados artigos científicos (de preferência aqueles que apresentaram mais nova data de publicação, ou seja, estudos que tenham sido publicados de 5 anos para os dias atuais) e que compunham revistas de relevância

na área, ou ainda portais na internet. Outras fontes, a exemplo de jornais, revistas e trabalhos de conclusão de curso também fizeram parte do aparato teórico que serviram de base para a construção desta pesquisa.

Além de todas as fontes mencionadas, em um segundo momento foram aplicados questionários/entrevistas para que se pudesse analisar a perspectiva dos cidadãos e a participação popular quanto às Políticas Públicas desenvolvidas na cidade de João Pessoa, relativas à gestão do lixo. Para tanto, obteve-se a opinião de cinquenta pessoas do quadro de servidores da Câmara Municipal, residentes em vários bairros da Capital, como forma de captar a compreensão das ações governamentais atinentes ao manejo, coleta e destinação final dos resíduos, através da referida amostra.

### **5.3 Método de Análise de Dados**

Os dados foram analisados à luz da literatura vigente e coletada para a determinação dos autores e respectivos estudos relevantes à construção da pesquisa. Assim, após leitura repetida do aparato teórico, o pesquisador busca dedicar-se à escritura do trabalho propriamente dito.

## **6 ESTUDO DE CASO: A OPINIÃO DOS CIDADÃOS SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O LIXO EM JOÃO PESSOA**

### **6.1 João Pessoa**

João Pessoa possui uma área total de 210,45 km<sup>2</sup> que, de acordo com dados da Prefeitura, equivale a 0,3% da superfície do Estado. Assim, a expansão urbana ocupou a antiga área rural da Cidade. Podemos destacar que o Município possui atualmente 64 bairros com uma área de 160,76, contando ainda com uma população de 720.954 habitantes (2010).

A cidade:

Está localizada na porção mais oriental da Paraíba, entre 08°07' de latitude sul e 341°52' de longitude oeste. Limita-se ao norte com o município de Cabedelo através do rio Jaguaribe; ao sul com o município do Conde e pelo rio Gramame; a leste com o Oceano Atlântico; e, a oeste com os municípios de Bayeux pelo rio Sanhauá e Santa Rita pelos rios Mumbaba e Paraíba, respectivamente. (JOÃO PESSOA, s/d, p.4)

A maioria da população residente em João Pessoa trabalha no setor terciário, enquanto que o setor de serviços equivale a 83% no ano de 2013. De acordo com a Prefeitura de João Pessoa, o setor primário não chega a 0,1% da população.

## 6.2 A Análise dos Questionários Referentes à Gestão do Lixo

No presente tópico discutir-se-á sobre as questões que foram aplicadas no questionário. A princípio, foram realizadas perguntas que levassem a averiguar os aspectos pessoais dos entrevistados. Vale ressaltar, antes de adentrar a exposição dos resultados dos questionários, que os quesitos relacionados não eram de resposta obrigatória, isto é, algumas questões podiam ser deixadas sem resposta ao longo da entrevista.

<b>Qual a sua faixa etária?</b>	
Menor que 20 anos	05 (10%)
Entre 21 e 30 anos	15 (30%)
Entre 31 e 40 anos	11 (22%)
Mais de 40 anos	09 (18%)
Não opinaram	10 (20%)
<b>TOTAL:</b>	50 (100%)

Tabela 1 – Qual a sua faixa etária? – Fonte: Autoral

Ficou nítido no gráfico 1 que a maioria das pessoas que responderam o questionário tinham entre 21 e 30 anos de idade. Podendo ser constatado que 30% dos entrevistados enquadravam-se na faixa etária destacada, número correspondente a pouco menos da metade dos abordados, sendo a segunda maior incidência de idade, aqueles entre 31 e 40 anos, com 22% dos representantes. 20% deixaram de responder à indagação.

<b>Qual seu sexo?</b>	
Feminino	35 (70%)
Masculino	15 (30%)
<b>TOTAL:</b>	50 (100%)

Tabela 2 – Qual seu sexo? – Fonte: autoral.

No gráfico 2 evidencia-se que a grande maioria das pessoas entrevistadas (70%) eram representantes do sexo feminino. Tal constatação é prova de que as mulheres compunham majoritariamente o ambiente no qual a pesquisa foi aplicada. Vale salientar que a pesquisa foi realizada através do *Google Docs*, e também presencialmente, de forma aleatória, e somente responderam pessoas que assim desejaram proceder, ressaltando-se o sigilo de suas identidades..

<b>Qual o seu grau de instrução?</b>	
Ensino Fundamental	11 (22%)
Ensino Médio	19 (38%)
Graduado	15 (30%)
Pós-graduado	5 (10%)
<b>TOTAL:</b>	50 (100%)

Tabela 3 – Qual seu grau de instrução? – Fonte: autoral

Conclui-se, a partir da Tabela 3, a respeito do grau de instrução dos entrevistados, que a maioria (38%) dispunha do ensino médio completo, isto é, não possuindo nenhum tipo de graduação, ao passo que a minoria dos entrevistados (10%) representava os que possuíam alguma pós-graduação (mestrado, doutorado ou especialização).

<b>Em que bairro você mora?</b>	
Mangabeira	5 (10%)
Manaíra	2 (4%)
Bancários	13 (26%)
Bessa	3 (6%)
Valentina	7 (14%)
Centro	4 (8%)
Água Fria	6 (12%)
Bairro dos Estados	5 (10 %)

Torre	5 (10%)
<b>TOTAL:</b>	50 (100%)

Tabela 4 – Em que bairro você mora? – Fonte: autoral

A Tabela 4 relaciona-se com o bairro onde o entrevistado reside; tal indagação tendo validade para auxiliar a compreender a realidade da gestão do lixo presente em cada localidade. Conclui-se, a partir da presente tabela, que a maior parte dos entrevistados (26%) mora no Bairro Bancários, ao passo que a minoria (2%) reside no Bairro de Manaíra. Constatou-se ainda que Bairro dos Estados e Torre apresentaram 10% de representantes na presente pesquisa.

<b>Qual a sua renda?</b>	
Até 1 salário mínimo	3 (6%)
1 a 3 salários mínimos	27 (54%)
3 a 5 salários mínimos	12 (24%)
5 a 10 salários mínimos	8 (16%)
<b>TOTAL:</b>	50 (100%)

Tabela 5 – Qual a sua renda? – Fonte: autoral

O questionamento acerca da renda dos entrevistados visa a estabelecer uma leitura superficial do nível sócioeconômico dos indagados. Percebeu-se que a maioria dos entrevistados (54%) dispõe de uma renda mensal de 1 a 3 salários mínimos, ao passo que apenas 6% vive com até 1 salário mínimo mensal.

<b>Você conhece alguma política pública ou projeto relacionado ao lixo em João Pessoa?</b>	
Sim	32 (64%)
Não	12 (24%)
Não opinaram	6 (12%)
<b>TOTAL:</b>	50 (100%)

Tabela 6 – Você conhece alguma política pública ou projeto relacionado ao lixo em João Pessoa? – Fonte: autoral.

Adentrando na seara inerente ao presente estudo, nos questionamentos referentes às políticas públicas relacionadas à gestão do lixo em João Pessoa, ficou evidenciado com o resultado das indagações que 32 entrevistados (64%) tinham conhecimento sobre políticas públicas ou projetos relacionados ao lixo enquanto que 24% desconheciam tais elementos. A essa pergunta apenas 12% dos entrevistados não opinaram.

<b>Você acha que as políticas públicas existentes relacionadas ao lixo são eficazes?</b>	
Sim	12 (24%)
Não	38 (76%)
<b>TOTAL:</b>	50 (100%)

Tabela 7 – Você acha que as políticas públicas relacionadas ao lixo existentes são eficazes? – Fonte: autoral.

A tabela evidencia que, entre aqueles que notam as políticas públicas referentes à gestão de lixo, a grande maioria não consegue identificar os aspectos que tornariam tais políticas eficientes, isto é, 76% dos entrevistados não consideram as políticas de gestão do lixo eficazes; ao passo que a minoria, 24% entre os indagados, consideram tais gestões eficientes.

<b>Sabe se existe alguma legislação relacionada aos resíduos (lixo)?</b>	
Sim	12 (24%)
Não	28 (56%)
Não opinaram	10 (20%)
<b>TOTAL:</b>	50 (100%)

Tabela 8 – Sabe se existe alguma legislação relacionada aos resíduos (lixo) – Fonte: autoral.

Esse questionamento teve por objetivo saber se o contingente de entrevistados conhecia a legislação relacionada aos resíduos sólidos urbanos, a lei 12.305/2010, que discorre so-

bre a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Apenas 80% dos entrevistados respondeu à indagação, constatando-se que a maioria (56%), desconhece a legislação citada, ao passo que 24% deles têm conhecimento da mesma.

<b>A preocupação com o lixo deve ser considerada como uma prioridade?</b>	
Sim	42 (84%)
Não	8 (16%)
<b>TOTAL:</b>	50 (100%)

Tabela 9 – A preocupação com o lixo deve ser considerada como uma prioridade? –

Fonte: autoral.

É possível perceber com esse questionamento que a grande maioria dos entrevistados compreende a importância de uma gestão eficiente do lixo, isto é, 84% dos entrevistados considera a preocupação com o lixo digna de prioridade, ao passo que apenas 16% discordam.

<b>Você acha interessante reciclar o lixo?</b>	
Sim	32 (64%)
Não	18 (36%)
<b>TOTAL:</b>	50 (100%)

Tabela 10 – Você acha interessante reciclar lixo? – Fonte: autoral.

Os dados constatados no questionamento, destacados na Tabela 10, fazem referência ao nível de consciência dos entrevistados no tocante à reciclagem de lixo. Constatou-se que a maioria deles, 64% dos entrevistados, acham interessante a prática da reciclagem, ao passo que a minoria, 36% deles, posicionam-se em contraponto.

<b>Você acha que o programa de reciclagem de lixo em João Pessoa é importante?</b>	
Sim	45 (90%)

Não	5 (10%)
<b>TOTAL:</b>	50 (100%)

Tabela 11 – Você acha que o programa de reciclagem do lixo em João Pessoa é importante? –  
Fonte: autoral.

Em conformidade com o exposto nesse questionamento, ainda se busca acertar o grau de consciência do público entrevistado no tocante à reciclagem do lixo. Nessa questão obteve-se que 90% dos entrevistados julgaram o programa de reciclagem de lixo em João Pessoa importante, ao passo que apenas 10% manifestam-se em contraponto.

<b>Você considera a política pública da coleta seletiva importante?</b>	
Sim	28 (56%)
Não	12 (24%)
Não opinaram	10 (20%)
<b>TOTAL:</b>	50 (100%)

Tabela 12 – Você considera a política pública da coleta seletiva importante? – Fonte: autoral.

Agora, no tocante à coleta seletiva, o questionamento foi aplicado visando apreender as impressões dos entrevistados sobre o tema. Constatou-se que 56% dos indagados consideram essa política pública importante; 24% não compactuam com essa prática. Sendo que 20% dos entrevistados deixaram de responder à indagação. Tal constatação tem validade pois demonstra o nível de consciência dos entrevistados em relação à coleta seletiva e sua importância para a saúde ambiental.

<b>Você acha que a coleta seletiva está sendo realizada conforme a política pública?</b>	
Sim	11 (22%)
Não	29 (58%)
Não opinaram	10 (20%)
<b>TOTAL:</b>	50 (100%)

Tabela 13 – Você acha que a coleta seletiva está sendo realizada de acordo com a política pública? – Fonte: autoral.

A pergunta exposta nessa Tabela visa, implicitamente, constatar acerca do conhecimento, ou não, dos entrevistados sobre a política pública referente à coleta seletiva. 20% não souberam responder essa indagação. A maioria dos entrevistados (58%) desconhece a política pública citada ou acredita que a mesma não é aplicada como deveria, ao passo que apenas 22% tem conhecimento da política ou acredita que ela vem sendo aplicada corretamente.

<b>Você já participou de palestras educativas ou atividades relacionadas à coleta seletiva ou reciclagem em nossa cidade?</b>	
Sim	17 (34%)
Não	33 (66%)
<b>TOTAL:</b>	50 (100%)

Tabela 14 – Você já participou de palestras educativas ou atividades relacionadas à coleta seletiva ou reciclagem em nossa cidade? – Fonte: autoral.

A Tabela 14 representa um ponto crucial no tocante à efetividade da lei 12.305, referente à Política Nacional de Resíduos Sólidos, pois demonstra a quantidade, dentre os 50 entrevistados, que foi alcançada com um dos instrumentos da referida lei: a educação ambiental. Constatou-se que 34% dos entrevistados já foi alvo de algum tipo de iniciativa em educação ambiental, enquanto que 66% não receberam tal tipo de orientação.

<b>Você sabia que João Pessoa possui um Plano de Gestão de Resíduos Sólidos que foi instituído em novembro de 2014?</b>	
Sim	2 (4%)
Não	48 (96%)
<b>TOTAL:</b>	50 (100%)

Tabela 15 – Você sabia que João Pessoa possui um plano de gestão de resíduos sólidos que foi instituído em novembro de 2014? – Fonte: autoral.

A pergunta elaborada traduz o percentual dos entrevistados que conhecia o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos vigente em João Pessoa, mesmo que desconhecendo ou não a existência do Plano Nacional de Resíduos Sólidos. A grande maioria dos entrevistados (96%) respondeu negativamente a essa indagação, enquanto que apenas 4% afirmaram conhecer tal Plano de Gestão.

## 7. CONCLUSÃO

Após a elaboração do presente trabalho, conclui-se que muito ainda deve ser apreendido no tocante à gestão do lixo. A principal problemática defrontada foi justamente a ausência de uma consciência formada no tocante à gestão dos resíduos sólidos urbanos. Constatou-se que o tema abordado - o lixo e as políticas públicas a ele referentes -, é recorrente em mesas de debates e repercute em pontos como saúde ambiental e bem-estar social. Por isso pode ser considerado uma questão fundamental à existência humana.

Constatou-se, portanto, ao longo da pesquisa, que as Políticas Públicas são elementos utilizados pelo governo para que se tente conduzir a questão da gestão do lixo, de forma positiva para toda a sociedade. Sendo considerada ainda a presença delas no cotidiano da população, tanto em nível nacional, através da Política Nacional de Resíduos Sólidos, quanto em nível municipal, evidenciada em Plano De Gestão De Resíduos Sólidos De João Pessoa. É possível também identificar alguns projetos que têm a finalidade de viabilizar as disposições da lei 12.305, no tocante à educação ambiental.

Ainda que sejam divulgadas e estejam em vigor as políticas públicas relacionadas à gestão do lixo como, por exemplo, as supracitadas, apura-se que grande parte dos entrevistados não tinham conhecimento delas, sendo incapazes de, sequer, cogitar a forma como se realiza a gestão do lixo em seu país e cidade.

Para passar a compor o quadro de cidades que respeitam os preceitos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, a cidade de João Pessoa extinguiu os lixões que faziam parte do cenário urbano. Demonstrando respeito e resignação à política pública nacional que foi positivada nos termos da lei 12.305. Dentro dessa conformidade, foi construído, em João Pessoa, um Aterro Sanitário visando ao cumprimento de todas as normas exigidas no texto legal. Dessa forma, a transformação em aterro sanitário também trouxe vários benefícios para a população, principalmente para aqueles que viviam no antigo lixão. Hoje, de acordo com

dados da Prefeitura, a maioria são pessoas que trabalham com a coleta seletiva e consequentemente reciclam o lixo.

Em suma, pode-se concluir que, face aos resultados dos questionários, é possível considerar que as Políticas Públicas relacionadas ao lixo são, de uma forma geral, eficazes na cidade de João Pessoa. Tal aspecto é possível de ser expresso, pois foi notória a adaptação que ocorreu na cidade para que se passasse a existir conformidade com o disposto em lei (Política Nacional de Resíduos Sólidos). Passou-se ainda a adotar medidas internas, inerentes apenas à capital paraibana no tocante à gestão do lixo, onde ganharam destaque políticas públicas como o “Acordo Verde” e o “3R”. Entretanto é necessário constatar que uma maior divulgação seria fundamental para a excelência das Políticas Públicas, haja vista que, em base na pesquisa realizada, o índice de pessoas que desconhecem as políticas ou a função delas é bastante elevado. Tal divulgação, atrelada à maior recorrência de práticas referentes à educação ambiental tornaria ainda mais eficientes as Políticas Públicas já existentes, que cumprem, dentro de suas limitações, as funções que lhes são designadas. Ainda por cima, essas campanhas de conscientização favoreceriam uma maior participação da população nos destinos da cidade, sendo altamente desejável e essencial para a construção da cidadania.

EVALUATION OF PUBLIC POLICIES RELATED TO TRASH AND THE  
CITIZENSHIP IN JOÃO PESSOA: THE PERSPECTIVE OF  
EMPLOYEES FROM THE TOWN HALL

**ABSTRACT**

The problem for the trash is present all over the world. You can see clearly that the current living conditions increasingly require the production and consumption of products that generate waste after use. The need to understand the aspects related to waste management, was what prompted the drafting of the present research. There is a view that are extremely necessary governmental attitudes to regulate municipal solid waste. Actions that involve the concern with the location of the tailings deposit and storage conditions, recycling, etc., these variables must be present in all public administration and in everyday life of the population. Given the importance of public policy with regard to waste management, search, in the present study, evaluate their efficiency in the city of João Pessoa, in order to understand the importance of the management of solid waste and, especially, to check the effectiveness of national and local public policies in respect of this issue. Still, it is valid to analyse the policy relevance of environmental education, recycling and selective collection, given the role they played in maintaining the health of the environment, which reflects directly on the quality of life of the population.

**Keywords:** Garbage; Public Policies; Municipal Solid Waste; Health.

## REFERÊNCIAS

- BECK, Ceres. Et al. **Problemática dos Resíduos Sólidos Urbanos do Município de João Pessoa: Aplicação do Modelo P-E-R**, 2009. Disponível em < <http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/viewFile/661/360>> . Acesso em 20 de maio de 2015.
- BRASIL, Constituição Federal, Art. 204, II.
- BRASIL, Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010.
- BUCCI, M. **Direito administrativo e políticas públicas**, 2001, São Paulo: Saraiva.
- GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GONÇALVES, Marilson Alves; TANAKA, Ana Carolina; AMEDOMAR, André de Azevedo. **A destinação final dos resíduos sólidos urbanos: Alternativas para a cidade de São Paulo através de casos de sucesso**. Future Studies Research Journal. 2013, p. 98, 104)
- JOÃO PESSOA. **Aspectos gerais da cidade de João Pessoa**. Disponível em < <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wpcontent/uploads/2012/04/perfiljpa.pdf?4028d8> . > . Acesso em 10 de maio de 2015.
- LOPES, B; AMARAL, J. **Políticas Públicas: conceitos e práticas / supervisão**; coord. Ricardo Wahrendorff Caldas. Belo Horizonte : Sebrae/MG, 2008. Disponível em: <http://www.agenda21comperj.com.br/sites/localhost/files/MANUAL%20DE%20POLITICAS%20P%C3%9ABLICAS.pdf>. Acesso em 23 de abril de 2015.
- LOWI (apud RODRIGUES, 2011, p. 46). Disponível em: : <http://www.portalconscienciapolitica.com.br/ci%C3%Aancia-politica/politicas-publicas/>. Acesso em 22 de junho de 2015.
- MARCONI, M.;LAKATOS, E. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª edição, São Paulo, Atlas, 2003.
- MORESI, E. **Metodologia da Pesquisa**. Disponível em < <http://pt.scribd.com/doc/159214295/APOSTILA-MetodologiaPesquisaMoresi2003>> . Acesso em 12 de setembro de 2014.
- NEVES, J. Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, V. 1, nº 3, 2º Sem / 1996. Disponível em : < <http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/c03-art06.pdf> > . Acesso em 20 de abril de 2015.
- RAUPP,F. ; BEUREN,I. **Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais**. Disponível em < [http://www.geocities.ws/cienciascontabeisfecea/estagio/Cap\\_3\\_Como\\_Elaborar.pdf](http://www.geocities.ws/cienciascontabeisfecea/estagio/Cap_3_Como_Elaborar.pdf) > . Acesso em 12 de maio de 2015.
- RODRIGUES, Marta M. Assumpção. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2011. (Coleção Folha Explica).

SILVEIRA, Cláudia Maria Toledo. [A cidadania no Brasil pela Constituição de 1988](#). **Revista Jus Navigandi**, Teresina, [ano 2, n. 19, 14 set. 1997](#). Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/79>>. Acesso em: 22 jun. 2015.

SOARES, Cristiane. Riscos modernos, políticas reflexivas. A experiência da política sócio-ambiental, Acordo Verde, do município de João Pessoa/PB. **CAOS - Revista Eletrônica de Ciências Sociais** Número 15 – Março de 2010 Pág. 73-88.

SOUZA, Celine. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Programa de Administração e Gerenciamento de Resíduos Sólidos - GERESOL – A História do Lixo**. Disponível < [www.ufmg.-br/proex/geresol/lixohistoria.htm](http://www.ufmg.br/proex/geresol/lixohistoria.htm). > Acesso: 10 de maio de 2015.

YOSHIDA, Consuelo Yatsuda M. **Poluição em Face das Cidades no Direito Ambiental Brasileiro: a Relação entre Degradação Social e Degradação Ambiental**. São Paulo: Faculdade de Direito. 372 f. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica, 2001.

**APÊNDICE - QUESTIONÁRIO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS  
RELACIONADAS AO LIXO E SUA GESTÃO EM JOÃO PESSOA:**

1. Qual a sua faixa etária?
  - Menos que 20
  - Entre 21 e 30 anos
  - Entre 30 e 40 anos
  - Mais de 40 anos
  
2. Qual o seu sexo?
  - Masculino
  - Feminino
  
3. Qual o seu grau de instrução?
  - Ensino Fundamental
  - Ensino Médio
  - Graduado
  - Pós- Graduado
  
4. Em que Bairro você mora?
  - Mangabeira  Manaíra
  - Bancários  Bessa
  - Valentina  Centro

- Agua Fria  Bairro dos Estados
- Torre  Outro: \_\_\_\_\_
5. Qual a sua faixa de renda?
- até 1 salário mínimo
- 1 a 3 salários mínimos
- 3 a 5 salários mínimos
- 5 a 10 salários mínimos
6. Você conhece alguma política pública ou projeto relacionado ao lixo em João Pessoa?
- Sim  Não
7. Você acha que as políticas públicas relacionadas ao lixo existentes são eficazes?
- Sim  Não
8. Sabe se existe alguma legislação relacionada aos resíduos (lixo)?
- Sim  Não
9. A preocupação com o lixo deve ser considerada como uma prioridade?
- Sim  Não
10. Você acha interessante reciclar lixo?  Sim  Não
11. Você acha que o programa de reciclagem do lixo de João Pessoa é importante?
- Sim  Não
12. Você considera a política pública da coleta seletiva importante?
- Sim  Não
13. Você acha que a coleta seletiva está sendo realizada conforme a política pública?
- Sim  Não  desconheço

14. Você já participou de palestras educativas ou atividades relacionadas à coleta seletiva ou reciclagem em nossa cidade?
- Sim  Não
15. Você sabia que João Pessoa possui um plano de gestão de resíduo sólidos que foi instituído em novembro de 2014 ?  Sim  Não